



A historiografia cuneiforme e a tese do Sattelzeit: reflexões sobre a consciência da historicidade na antiga Mesopotâmia

DOMINIQUE SANTOS

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU 

CRISTIANO CONSTANTE

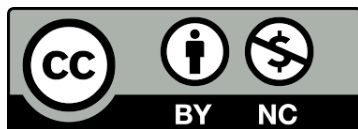
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA 

CLIO: REVISTA DE PESQUISA HISTÓRICA

v. 43, e 268207, 2025

<https://doi.org/10.51359/2525-5649.2025.268207>

e-ISSN: 2525-5649



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025.
Licenciado sob Creative Commons Atribuição-Não Comercial 4.0 Internacional (CC BY-NC 4.0).

A historiografia cuneiforme e a tese do Sattelzeit: reflexões sobre a consciência da historicidade na antiga Mesopotâmia

RESUMO: Produziu-se na Mesopotâmia um vasto corpus literário que inclui crônicas, anais, presságios, inscrições reais, listas de reis e lamentos pela cidade. Alguns historiadores e assiriólogos consideram que, dentre o corpus literário e gêneros mencionados, é possível encontrar também historiografia. A principal objeção a esta hipótese reside na tese do *Sattelzeit*, que propõe a consciência da historicidade como uma conquista da modernidade e que a história pré-moderna seria caracterizada somente pela história exemplar, *historia magistra vitae*. Este trabalho visa, a partir de revisão bibliográfica exploratória e análise documental, problematizar a referida tese alemã e sugerir alguns caminhos para a questão: havia consciência histórica e historiografia na Mesopotâmia? Conclui-se, provisoriamente, que os povos mesopotâmicos possuíam consciência histórica e que havia historiografia na Mesopotâmia, enquanto escrita da história, embora indissociável de outros gêneros nas mesmas composições textuais.

PALAVRAS-CHAVE: Mesopotâmia; historiografia; consciência histórica.

La historiografía cuneiforme y la tesis de Sattelzeit: reflexiones sobre la conciencia de la historicidad en la antigua Mesopotamia

RESUMEN: En Mesopotamia se produjo un vasto corpus literario que incluye crónicas, anales, presagios, inscripciones reales, listas de reyes y lamentos por la ciudad. Algunos historiadores y asiriólogos consideran que, entre el corpus literario y los géneros mencionados, también es posible encontrar historiografía. La principal objeción a esta hipótesis reside en la tesis de Sattelzeit, que propone la conciencia de la historicidad como un logro de la modernidad y que la historia premoderna se caracterizaría únicamente por la historia ejemplar, *historia magistra vitae*. Este trabajo tiene como objetivo, a partir de una revisión bibliográfica exploratoria y un análisis documental, problematizar la mencionada tesis alemana y sugerir algunas vías para abordar la cuestión: ¿existía conciencia histórica e historiografía en Mesopotamia? Se concluye, provisionalmente, que los pueblos mesopotámicos poseían conciencia histórica y que existía historiografía en Mesopotamia, en tanto que escritura de la historia, aunque indisociable de otros géneros en las mismas composiciones textuales.

PALABRAS CLAVE: Mesopotamia; historiografía; conciencia histórica.

Cuneiform historiography and the Sattelzeit thesis: reflections on the awareness of historicity in ancient Mesopotamia

ABSTRACT: A vast literary corpus was produced in Mesopotamia, including chronicles, annals, omens, royal inscriptions, king lists, and city laments. Some historians and Assyriologists argue that some kind of historiography can also be identified within this corpus. The primary objection to this hypothesis is rooted in the Sattelzeit thesis, which posits that a consciousness of historicity is an achievement of modernity. According to this view, pre-modern historical writing is characterized solely by exemplary history, the so called '*historia magistra vitae*'. Through an exploratory bibliographic review and documentary analysis, this study aims to problematize this German thesis and propose possible approaches to the question: Did historical consciousness and historiography exist in Mesopotamia? It is provisionally concluded that the mesopotamic peoples did possess a historical consciousness and that historiography, understood as the writing of history, was indeed present. However, it was often interwoven with other genres within the same textual compositions.

KEYWORDS: Mesopotamia; historiography; historical consciousness.

A historiografia cuneiforme e a tese do Sattelzeit: reflexões sobre a consciência da historicidade na antiga Mesopotâmia

DOMINIQUE SANTOS
CRISTIANO CONSTANTE

Historiografia acadêmica e o Sattelzeit

A História, enquanto disciplina acadêmica, é um fenômeno que emergiu em meados do século XIX. Contudo, a historiografia, entendida como história a partir da palavra falada, cantada, pensada e escrita, pode ser rastreada também na longa duração, remontando a culturas antigas, como as do Egito, Índia e Mesopotâmia. Afinal, se os seres humanos possuem como constante antropológica o ato de narrar, ou seja, a criação de orientação e sentido para si e para os grupos que os cercam, incluindo a projeção da movimentação de símbolos culturais em relação ao tempo,¹ não poderiam fazer isso somente no que se convencionou chamar de modernidade. O presente estudo chama atenção para este aspecto, uma espécie de eurocentrismo tão presente nos textos de História, que perdura por conta de formas e ideologias escondidas nas camadas de tempo quando elaboramos nossas periodizações, conforme Helge Jordheim e Norberto Luiz Guarinello argumentaram.²

Estudos recentes destacam que poucos autores antigos são frequentemente mencionados, geralmente na mesma ordem. Heródoto, Tucídides, Políbio, Agostinho e Eusébio recorrentemente aparecem nos manuais, na bibliografia geral, nos currículos, ementas e bibliografias específicas sugeridas, por exemplo, de disciplinas vinculadas às áreas de Teoria

¹ Jörn Rüsen, “Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história”, *História da Historiografia*, 2009.

² Helge Jordheim, “Does conceptual history really need a theory of historical times?”, *Contributions to the History of Concepts*, v. 6, n. 2 (2011), pp. 21-41, <https://doi.org/10.3167/choc.2011.060202>.

Norberto Luiz Guarinello, “Uma morfologia da história: as formas da história antiga”, *Politeia – História e Sociedade*, v. 3, n. 1 (2003), pp. 41-61.

da História e de História da Historiografia nas universidades brasileiras.³ Depreende-se desse cenário que a historiografia antiga importa somente na medida em que possui suas raízes na Grécia e Roma antigas, sociedades interpretadas como sendo o “berço da civilização ocidental”. Esse “legado ocidental”, compreendido como uma “assimilação da cultura clássica greco-romana” transformada em precursora da Europa e intermediária do diálogo com a cultura europeia, adquiriria relevância predominante e importância singular para a construção de uma “historiografia ocidental”, sobretudo nos territórios que foram colonizados, como é o caso do Brasil. É justamente nesses espaços que a chamada “cultura ocidental”, com suas apropriações pela branquitude, teria superioridade e relevância,⁴ configurando o que Fábio Morales e Uiran Gebara da Silva caracterizam como “eurocentrismo morfológico”.⁵

Por esse motivo, em bibliografias especializadas sobre história da historiografia, é comum que o ponto de partida seja a Grécia. Esse percurso historiográfico foi importado da Alemanha, uma vez que tais teses já faziam parte do historicismo desde a fundação da Universidade de Berlim, em 1810. Segundo Stefan Rebenich, Boeckh e Droysen seguiram os passos de Heyne, Wolf e Humboldt, ajudando a consolidar a idealização da Grécia como parte do nacionalismo alemão. Esse fenômeno é chamado de “tirania da Grécia Antiga sobre a Alemanha.”⁶ Consequentemente, Heródoto aparece como primeiro historiador e a historiografia grega como o marco inicial da historiografia ocidental. Sucede-lhe a historiografia romana e, a seguir, a história da historiografia predominante costuma abordar a historiografia produzida durante o período que convencionamos chamar de “Idade Média”, recorrendo a nomes como Santo Agostinho e Eusébio de Cesareia. O mesmo raciocínio, então, é aplicado à historiografia medieval; ela fica reduzida a ideias como ‘historiografia eclesiástica’, apesar de essa redução ser alheia ao período em si e ao que os debates da área de História Medieval têm apontado. Nesse sentido, “séculos e séculos de historiografia são, por vezes, reduzidos a ideias como ‘*historia magistra vitae*’, de que ‘os gregos viam o tempo de maneira cíclica’, ou

³ Dominique Santos, “Apresentação ao Dossiê ‘A Escrita da História na Antiguidade’”, *Revista de Teoria da História*, v. 7, n. 13 (2015), pp. 7–18.

⁴ Dominique Vieira Coelho dos Santos e Graziela Vansuita, “O filo-helenismo da *Bildung* alemã e a invenção da Grécia Antiga como ‘berço do Ocidente’”, *Esboços: histórias em contextos globais*, v. 31, n. 58 (2025), pp. 583–597, <https://doi.org/10.5007/2175-7976.2024.e101457>.

⁵ Fábio Augusto Morales e Uiran Gebara da Silva, “História Antiga e história global: afluentes e confluências”, *Revista Brasileira de História*, v. 40, n. 83 (2020), pp. 125–150, <https://doi.org/10.1590/1806-93472020v40n83-06>.

⁶ Stefan Rebenich, “The making of a bourgeois antiquity: Wilhelm von Humboldt and Greek history”, in Alexandra Lianeri, *The western Roman pasts*, Cambridge: Cambridge University Press, 2011, p. 128 e p. 136.

que ‘na Idade Média se escrevia uma história eclesiástica’.”⁷ Assim, nos currículos, ementas e bibliografias indicados sobre história da historiografia, a Mesopotâmia, o Egito, a Índia e diversas outras sociedades antigas são negligenciadas como sociedades sem historiografia e, muitas vezes, como sociedades sem história, ainda que o termo historiografia possa denotar, em sentido lato, a ‘história escrita’. A tese do *Sattelzeit* pressupõe que somente após 1750, com o surgimento de uma nova ideia de história, a *Geschichte*, o conceito de História passou a fazer parte da consciência humana. Esse desenvolvimento começou na Europa e, mais tarde, se espalhou para outras partes do mundo.

De acordo com Julia Angster,⁸ “o termo *Sattelzeit* implica uma era crucial por volta de 1800 que marca o início do mundo moderno, ou melhor, um divisor de águas entre o pré-moderno e o moderno”. O núcleo da questão abordada aqui é o pressuposto assumido pela tese do *Sattelzeit*, que vê com dificuldades a possibilidade de ter havido historiografias pré-modernas ou, indo mais além, até mesmo sugerindo sua inexistência, salvo algumas concessões feitas à historiografia grega, com Tucídides sendo o maior representante na Grécia,⁹ e à historiografia hebraica,¹⁰ de modo que os povos do mundo ocidental seriam discípulos e herdeiros historiográficos de gregos e judeus. A suposição de que o Ocidente é herdeiro intelectual da historiografia grega, que atribui a Heródoto o título de “pai da História”, está ligada ao estabelecimento da História como disciplina com pretensões científicas nas academias europeias, ao conceito de progresso e à escadaria civilizacional, que remete à ideia eurocêntrica de que as sociedades saem da selvageria, passam pela barbárie e culminam na civilização representada na modernidade europeia.¹¹ Em síntese, o *Sattelzeit* só reconhece a existência de historiografia para aquelas culturas que podem ser consideradas formadoras da modernidade europeia, negando aos povos da antiguidade a possibilidade de possuírem historiografia. Isso é feito, muitas vezes, assumindo a contribuição da Antiguidade oriental sob o rótulo de história teocrática ou mito, em oposição à história “científica” de Heródoto.¹²

⁷ Santos, “Apresentação ao Dossiê”, p. 7.

⁸ Julia Angster, “‘Sattelzeit’: the invention of ‘premodern history’ in the 1970s”, *History of European Ideas*, v. 51, n. 2 (2025), pp. 337–352 (p. 338), <https://doi.org/10.1080/01916599.2024.2373544>.

⁹ Dyel da Silva e Dominique Santos, “A historiografia antiga e a consciência do método da investigação histórica: uma leitura das histórias de Políbio de Megalópolis”, *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, v. 15, n. 40 (2022), pp. 162–185 (p. 174), <https://doi.org/10.15848/hh.v15i40.1960>.

¹⁰ José Nunes Carreira, “História e historiografia na Antiguidade Oriental”, *Didaskalia*, v. 12, n. 2 (1982), pp. 333–358 (p. 334), <https://doi.org/10.34632/didaskalia.1982.828>.

¹¹ Justin Jennings, *Killing civilization: a reassessment of early urbanism and its consequences*, Albuquerque: University of New Mexico Press, 2016.

¹² Carreira, “História e historiografia na Antiguidade Oriental”, p. 334

Historia Magistra Vitae

Conforme sustenta Santos,¹³ o conceito ciceroniano de *historia magistra vitae* é utilizado para caracterizar praticamente toda a historiografia anterior à modernidade. A *historia magistra vitae* é a ideia de que “a história é mestra da vida” e que sua função é fornecer exemplos aos homens. Nas palavras de Cícero, em *De Oratore* 2:36, “a história, verdadeiramente, é a testemunha dos tempos, a luz da verdade, a vida da memória, a mestra da vida, a mensageira da antiguidade”.¹⁴ A ideia ciceriana de *historia magistra vitae* é de que “ao observar os padrões da reação humana (individual ou coletiva) aos desafios recorrentes, ao determinar como e por que os outros tiveram sucesso ou fracassaram, pode-se tornar a história útil e preparar-se para os desafios da vida ou de uma carreira política”.¹⁵ Esta concepção estava vinculada à arte da retórica; desse modo, Arthur Alfaix Assis observa que o orador romano, “ao lembrar a importância da história para o bom orador, atribuiu à história o papel de *magistra vitae*”.¹⁶ A retórica desempenhava, sobretudo para Cícero, um papel fundamental de caráter educativo e a historiografia permanecia subordinada a ela na antiguidade greco-romana.¹⁷

A *historia magistra vitae* tem sido usada como um *topos* para toda a antiguidade, visto que é com essa ideia que a historiografia moderna menciona a sua equivalente antiga, bem como a sua equivalente iluminista e renascentista.¹⁸ Assim, a revolução francesa de 1789 marcaria a ruptura definitiva com a *historia magistra vitae*,¹⁹ e uma nova consciência teria emergido na modernidade, levando o ser humano a desenvolver uma consciência histórica a partir de então.²⁰ Nesse sentido, além de reduzir toda a contribuição historiográfica pré-moderna ao termo ciceroniano de história como professora da vida, a tese do *Sattelzeit* também nega a consciência histórica à historiografia anterior ao século XVIII. Isso ocorre porque a função da história pré-moderna é

¹³ Santos, “Apresentação ao Dossiê”, p. 7.

¹⁴ “*Historia vero testis temporum, lux veritatis, vita memoriae, magistra vitae, nuntia vetustatis*”, ver em: Marcus Tullius Cícero, *De Oratore*, London: Oxford University Press, 1902.

¹⁵ Kurt A. Raaflaub, “Introduction”, in Kurt A. Raaflaub, *Thinking, Recording, and Writing History in the Ancient World*, Malden: Wiley, 2013, p. 2.

¹⁶ Arthur Alfaix Assis, “Por que se escrevia história? Sobre a justificação da historiografia no mundo ocidental pré-moderno”, in Marlon Salomon (org.), *História, verdade e tempo*, Chapecó: Argos, 2011, pp. 105–131 (p. 110).

¹⁷ Edward William Bower, “Rhetoric at Rome”, *The Classical Review*, v. 4, n. 3–4 (1954), pp. 270–272. Assis, “Por que se escrevia história?”, p. 110.

¹⁸ Leonardo Marques, “Cadeias mercantis e a história ambiental global das Américas coloniais”, *Esboços: histórias em contextos globais*, v. 28, n. 49 (2021), pp. 640–697 (p. 660), <https://doi.org/10.5007/2175-7976.2021.e80946>.

¹⁹ Elías José Palti, “Koselleck y la idea de *Sattelzeit*. Un debate sobre modernidad y temporalidad”, *Ayer*, n. 53 (2004), pp. 63–74 (p. 65).

²⁰ Angster, “*Sattelzeit*”, p. 338.

servir de exemplos de orientações morais, enquanto a história dos modernos teria a função de produzir consciência da própria historicidade, vinculada à percepção de aceleração temporal, deslocando o foco do passado e colocando-o no presente e no futuro. Segundo Koselleck,²¹ “ao longo de cerca de 2 mil anos, a história teve o papel de uma escola, na qual se podia aprender a ser sábio e prudente sem incorrer em grandes erros”. Nesse contexto, a partir da tese do *Sattelzeit* de Koselleck, observa Luis Cláudio Palermo,²² “a aceleração do tempo no presente (espaço de experiência) acabou conduzindo a visão e projeção de objetivos das pessoas para o futuro (horizonte de expectativa)”. Portanto, nesse caso, a história exemplar perde a sua justificativa. Na modernidade, as mudanças teriam ocorrido com tal rapidez que o passado deixou de servir como exemplo para o presente. Desse modo, as expectativas sobre o futuro assumiram o lugar da história exemplar, um processo evidente após 1750.

Que o passado pode servir como modelo para agir no futuro é uma noção comum na historiografia e no senso comum. A novidade é que, segundo Arthur Assis,²³ “até pelo menos a segunda metade do século XVIII, ninguém ousou questionar seriamente a noção de que as histórias se escrevem sob o propósito expresso de promover virtudes morais e/ou políticas, e de desencorajar vícios”. Segundo a tese de Koselleck, não somente a concepção de tempo histórico e de história mudou, mas também “a forma geral da linguagem se modifica ao se submeter a um conjunto de processos simultâneos, como os de democratização, temporalização e ideologização”.²⁴ Indaga-se, contudo: tal elaboração produzida em língua alemã, no entanto, é suficiente? Seria possível que ela tivesse logrado sistematizar a vasta experiência humana ao longo de diferentes épocas e locais? As demais produções de orientação e significado elaboradas por sociedades humanas que antecederam a “modernidade”, considerando uma perspectiva temporal, ou que ocorreram simultaneamente a ela, mas fora do contexto europeu, seriam desprovidas da noção de “História” e da “consciência histórica”? Sob essa ótica, como poderíamos examinar as tradições das culturas cuneiformes, chinesas e persas, de quem os gregos assimilaram o uso de registros,²⁵ bem como a *Seanchas* irlandesa e diversas outras modalidades historiográficas?²⁶

²¹ Reinhart Koselleck, *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*, Rio de Janeiro: Contraponto, 2006, p. 42.

²² Luis Claudio Palermo, “A aceleração do tempo e o processo histórico em Reinhart Koselleck e Timothy Brook”, *Revista Transversos*, n. 9 (2017) pp. 300-325 (p. 322), <https://doi.org/10.12957/transversos.2017.27375>.

²³ Assis, “Por que se escrevia história?”, p. 106.

²⁴ Koselleck, *Futuro passado*, p. 10.

²⁵ Arnaldo Momigliano, *As raízes clássicas da historiografia moderna*, Bauru: EDUSC, 2004.

²⁶ Dominique Santos, “History and historiography in early Christian Ireland: Muirchú’s ‘Vita Patricii’ and Tírechán’s ‘Collectanea’”, *História da Historiografia: International Journal of Theory and*

Sattelzeit e a Modernidade

O *Sattelzeit* tornou-se sinônimo de modernidade europeia, razão pela qual precisa ser brevemente problematizado antes que possamos discutir de possíveis contribuições das culturas cuneiformes para a história da historiografia. Conforme observam Zemmin e Sievert,²⁷ o *Sattelzeit* está, de fato, intrinsecamente ligado à modernidade e tem sido legitimamente criticado por produzir preconceitos modernistas e eurocêntricos. A modernidade é uma autorreferência europeia e decorre como implicação da tese da escadaria civilizacional por pressupor que “a história foi significativa na medida em que foi um processo universal que levou ao progresso”.²⁸ Além disso, “a partir do momento em que associa a modernidade a um certo conceito de tempo como irreversível e linear, Koselleck é forçado a deixar de fora todo o espectro de filosofias do início da modernidade”.²⁹ Esta aparente incoerência revela-se funcional à perspectiva dos defensores do progresso, de atingir o ápice civilizacional, o qual é a modernidade. Assim, torna-se impossível o retrocesso na escadaria civilizacional, que a partir da Europa se disseminou pelo mundo.³⁰ Sua expressão máxima, como podemos destacar, foi o fenômeno da globalização, permitindo que alguns autores falem em múltiplas modernidades na globalização ou de uma modernidade global.³¹ Por fim, com a globalização da modernidade,

adentramos a era global da catástrofe, e fazer como faz Virílio ao propor uma escatologia global pós-industrial parece ser um intento vão, pois ignora o sistema técnico global que, no fundo, nada mais é que a convergência entre diferentes subsistemas e diferentes culturas.³²

History of Historiography, v. 13, n. 33 (2020), pp. 197–227, <https://doi.org/10.15848/hh.v13i33.1548>. Dominique Santos, “Seanchas – an important Irish tradition related to memory, history and historiography”, *Opsis*, v. 18, (2018), pp. 44–60, <https://doi.org/10.5216/o.v18i1.47325>.

²⁷ Florian Zemmin e Henning Sievert, “Conceptual history of the Near East: the *Sattelzeit* as a heuristic tool for interrogating the formation of a multilayered modernity”, *Contributions to the History of Concepts*, v. 16, n. 2 (2021), pp. 1–26 (p. 3), <https://doi.org/10.3167/choc.2021.160202>.

²⁸ Angster, “*Sattelzeit*”, p. 346.

²⁹ Palti, “Koselleck y la idea de *Sattelzeit*”, p. 69.

³⁰ Angster, “*Sattelzeit*”, p. 338.

³¹ Shmuel Noah Eisenstadt, “Multiple modernities in an age of globalization”, in Claudia Honegger, Stefan Hradil e Franz Traxler, *Grenzenlose Gesellschaft?*, Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften, 1999, pp. 37–50. Volker H. Schmidt, “Avanço e consequências da modernidade global”, *Sociedade e Estado*, v. 33, n. 2 (2018), pp. 407–422.

³² Maurício Fernando Pitta e José Fernandes Weber, “Catástrofe algorítmica – a vingança da contingência, de Yuk Hui”, *Voluntas: revista internacional de filosofia*, v. 14, n. 2 (2023), pp. 1–7, <https://doi.org/10.5902/2179378687398>.

O *Sattelzeit* de Koselleck, enquanto ferramenta heurística ou o meio pelo qual a modernidade se afirma como uma era nova e autossuficiente,³³ e a consciência histórica da modernidade sobre si, tornaram-se alvo de críticas. Koselleck sobrepõe as noções de progresso, mais associadas ao Iluminismo dos séculos XVII e XVIII, à ideia de evolução que surge no romantismo do início do século XIX. Isso leva a uma percepção excessivamente rígida das rupturas entre as filosofias modernas da história e as formas historiográficas anteriores.³⁴ Segundo as críticas de José Javier Blanco Rivero,³⁵ o historiador alemão não define claramente em que consiste um conceito ou um ‘conceito fundamental’ e as relações entre história conceitual e história social, ou entre o linguístico e o extralinguístico, em Koselleck, permanecem obscuras, permitindo contradições na teoria. Koselleck insiste na primazia dos conceitos e, ao mesmo tempo, na necessidade de considerar as realidades sociais. Certamente que as realidades sociais não podem ser desconsideradas, elas são a matéria da história, onde há carne humana, como diria Marc Bloch, ali estará o historiador.³⁶ Contudo, destacamos que o conceitual não é um canal de acesso direto ao real. A realidade histórica, e sua dimensão social, possuem características materiais e agenciais que quase sempre escapam ao conceitual. A compreensão da realidade social torna-se mais completa ao articular a análise textual e, principalmente, a análise conceitual com as abordagens de cultura material, visto que também a ‘matéria culturalizada’, isto é, a dimensão física modificada culturalmente, é vetor e produto das relações sociais.³⁷

Às sombras da tese do *Sattelzeit* se esconde um risco metodológico, o anacronismo, que nenhuma diacronia conseguiria justificar. Conforme observa Palti,

em sua definição de ‘temporalidade moderna’, Koselleck realmente projeta retrospectivamente categorias e problemas que eram estranhos ao período em questão. [...] tende a unificar sob a mesma categoria (a de “modernidade”) uma série de fenômenos e processos conceituais, na realidade, muito diferentes uns dos outros.³⁸

³³ Zemmin e Sievert, “Conceptual history of the Near East”, p. 12

³⁴ Palti, “Koselleck y la idea de Sattelzeit”, p. 70. Juhan Hellerma, “Koselleck Sobre Modernidade, História e Camadas de Tempo”, *History and Theory*, v. 59, n. 2 (2020), pp. 188–209.

³⁵ José Javier Blanco Rivero, “La historia de los conceptos de Reinhart Koselleck: conceptos fundamentales, Sattelzeit, temporalidad e histórica”, *Ius Inkarri*, n. 6 (2018), pp. 399–424, <https://doi.org/10.31381/iusinkarri.vn6.1255>.

³⁶ Marc Bloch, *Apologia da história, ou, O ofício de historiador*, Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

³⁷ Ulpiano Toledo Bezerra Meneses, “A cultura material no estudo das sociedades antigas”, *Revista de História*, n. 115 (1983), pp. 103–117.

³⁸ Palti, “Koselleck y la idea de Sattelzeit”, p. 74.

Palti sustenta que a modernidade, entendida como uma nova percepção do tempo, constitui uma construção histórica específica do discurso europeu. Nesse contexto, insere-se a tese de Bruno Latour de que jamais fomos modernos,³⁹ na qual o autor critica o pressuposto ontológico de separação entre natureza e cultura sobre o qual se assenta toda a modernidade europeia e suas pretensões são globalizantes. Esta é uma razão suficiente para justificar a necessidade de abordagens com teor crítico para discutir o *Sattelzeit*. A crítica de Bruno Latour possibilita desnaturalizar e desestabilizar os alicerces ontológicos da modernidade europeia, que Palti está problematizando discursivamente. A crítica à própria modernidade justifica a necessidade de abordagens que desafiem a ideia proposta pela tese do “*Sattelzeit*”, mitigando o risco de eurocentrismo e da naturalização do projeto moderno, revelando os híbridos e as inconsistências que a própria modernidade se esforçou para ocultar.

Tais problemas indicam que a Europa precisa ser provincializada e que a sua pretensão de ser modelo global mediante a noção de modernidade deve ser confrontada, embora isso não implique a necessidade de abandonarmos a tradição intelectual europeia.⁴⁰ Sugerimos que a ruptura entre modernidade e pré-modernidade deve ser questionada. Afinal, não ocorreu uma ruptura substancial da ‘modernidade’ com os períodos anteriores, pois as formas retóricas, lógicas, filosóficas, históricas, estéticas e éticas que existiam antes de 1750 persistem na contemporaneidade. O uso de saberes dos povos antigos não foi abandonado, tampouco a leitura de clássicos como Platão e Aristóteles. Ademais, mesmo após 1750, acadêmicos não abandonaram definitivamente a ideia de que a pré-modernidade é exemplar, pois a ideia foi retomada por Droysen e Nietzsche.⁴¹

As experiências historiográficas que antecederam a modernidade não podem mais ser reduzidas a ideias como “ciclos”, “*historia magistra vitae*”, “história eclesiástica”, abordagens já em desuso e há muito tempo criticadas por inúmeros especialistas em historiografia antiga.⁴² Além disso, destaca-se

³⁹ Bruno Latour, *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*, São Paulo: Editora 34, 2019.

⁴⁰ Dipesh Chakrabarty, “Provincializing Europe: Postcoloniality and the critique of history”, *Cultural Studies*, v. 6, n. 3 (1992), pp. 337–357, <https://doi.org/10.1080/09502389200490221>.

⁴¹ Christophe Bouton, “Learning from history: the transformations of the topos *historia magistra vitae* in modernity”, *Journal of the Philosophy of History*, v. 13, n. 2 (2019), pp. 183–215, <https://doi.org/10.1163/18722636-12341390>.

⁴² Silva e Santos, “A historiografia antiga e a consciência do método da investigação histórica”. Andrew Feldherr e Grant Hardy, *The Oxford history of historical writing: beginnings to AD 600 (volume 1)*, Oxford: Oxford University Press, 2011. Alexandra Lianeri, *The western time of ancient history: historiographical encounters with the Greek and Roman pasts*, Cambridge: Cambridge University Press, 2011. John Marincola, *Authority and tradition in ancient historiography*, Cambridge - New York: Cambridge University Press, 1997. John Marincola, “Historiography”,

que a ideia de que a história é “mestra da vida” foi somente um dos motivos pelos quais os autores antigos escreveram sobre o passado humano na antiguidade e a história não deixou de ter uma função semelhante ao modelo exemplar, a função de ‘orientação e construção de identidade’.⁴³ Ademais, certas práticas sociais e educacionais preservam o modelo exemplar. Em materiais didáticos, museus e memoriais, é comum apresentar o passado com mensagens morais explícitas. Comissões da verdade no Brasil e na Argentina, bem como os museus do Holocausto na Europa, baseiam-se na premissa de não permitir a repetição de atrocidades, reforçando a ideia de que a história oferece lições que devem prevenir a recorrência de erros. Na educação formal, narrativas nacionais ainda são construídas em termos de exemplos heroicos ou de advertência. Esses casos demonstram que, na prática pública e pedagógica, a função exemplificadora da história permanece vigente. A tese de Koselleck, sobretudo conforme apresentada no ensaio *Historia Magistra Vitae* - Sobre a dissolução do *topos* na história moderna em movimento, defende que houve a dissolução da *historia magistra vitae*, que ele vincula à *Historie*, a história exemplar. A *Geschichte*, enquanto coletivo singular que não se repete, “não seria capaz de instruir da mesma forma que uma história [*Historie*] compreendida como relato exemplar”.⁴⁴ Ou seja, para Koselleck “a velha história [*Historie*] foi arrancada de sua cátedra”.⁴⁵ Consequentemente, “temos uma guinada dramática e completa no que se refere à capacidade de expressão de nosso *topos*, a *historia magistra vitae*. Não se pode mais esperar conselho a partir do passado, mas sim apenas de um futuro que está por se constituir.”⁴⁶ Importa mencionar que, no desenvolvimento posterior dessa tese, tanto por críticos quanto pelo próprio Koselleck, esclarece-se que isso foi uma perda de hegemonia e uma ressignificação. Juliana Bastos Marques argumentou que a tese de Koselleck era “inelutavelmente local”,⁴⁷ focada na distinção alemã

in Andrew Erskine, *A Companion to Ancient History*, Malden: Wiley, 2009, pp. 11-22. Juliana Bastos Marques, “Historicizando as categorias de Felix Jacoby: os gêneros historiográficos da Antiguidade e sua classificação pelos modernos”, in Norberto Luiz Guarinello, Uiran Gebara da Silva, Gustavo Junqueira Duarte Oliveira (et. al.), *Fronteiras mediterrânicas: estudos em comemoração dos 10 anos do LEIR-MA/USP*, Porto Alegre: Editora F, 2019, pp. 225-250. Momigliano, *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Arnaldo Momigliano, *Essays in ancient and modern historiography*, Middletown: Wesleyan University Press, 1977. Raaflaub, *Thinking*. Rebenich, “The making of a bourgeois antiquity”. Santos, “Apresentação ao Dossiê”.

⁴³ Rüsen, “Como dar sentido ao passado”.

⁴⁴ Reinhart Koselleck, “*Historia Magistra Vitae* - Sobre a dissolução do *topos* na história moderna em movimento”, in *Futuro Passado: Contribuição a Semântica Dos Tempos Históricos*, Rio de Janeiro: Contraponto, 2006, pp. 41-60 (p. 48 e p. 49).

⁴⁵ Koselleck, “*Historia Magistra Vitae*”, p. 47.

⁴⁶ Koselleck, “*Historia Magistra Vitae*”, p. 58.

⁴⁷ Juliana Bastos Marques, “A *historia magistra vitae* e o pós-modernismo”, *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, v. 6, n. 12 (2013), pp. 63-78, <https://doi.org/10.15848/hh.v0i12.618>.

entre *Historie* e *Geschichte*, e que, na prática, a historiografia clássica, baseada em exemplos, persistiu como “base didática” na formação das elites europeias. Portanto, apesar das revisões posteriores visando atualizar a teoria, esta ainda mantém algumas contradições e limitações.

Consciência da historicidade: uma condição necessária do ser humano

Importa ainda problematizar o conceito de consciência histórica, pois ele tem sido compreendido muitas vezes como uma realização da modernidade. Hans-Georg Gadamer, em sua conferência “Problemas epistemológicos das ciências humanas”, afirma que:

O aparecimento de uma tomada de consciência histórica constitui provavelmente a mais importante revolução pela qual passamos desde o início da época moderna. O seu alcance espiritual provavelmente ultrapassa aquele que reconhecemos nas aplicações das ciências da natureza, que tão visivelmente transformaram a face de nosso planeta. A consciência histórica que caracteriza o homem contemporâneo é um privilégio, talvez mesmo um fardo que jamais se impôs a nenhuma geração anterior.⁴⁸

Para Gadamer, a consciência histórica foi uma “revolução” mais profunda que as revoluções científicas que transformaram a compreensão do mundo. Nisso estaria o privilégio do homem moderno, a tomada de consciência histórica. Conforme observou Luiz Fernando Cerri,⁴⁹ o homem nestas proposições de gadamerianas é um ser adjetivado que não se refere ao ser humano como espécie, implicando que vastas camadas sociais de países periféricos seriam alheias à historicidade do presente, inconscientes da própria historicidade e refratários ao processo denominado de modernização. Também Philippe Ariès defende haver algo de diferente na consciência histórica da modernidade, sobretudo do século XX.⁵⁰ Para o historiador francês, o homem já não se vê como um indivíduo livre, pois em sua tomada de consciência ele não poderia considerar-se desvinculado da continuidade das épocas anteriores, que se apressavam em esquecer as suas próprias particularidades.

Semelhantemente, François Hartog tende a caracterizar as sociedades pré-modernas, como a Mesopotâmia, dentro de um ‘regime antigo’, no qual o

⁴⁸ Hans-Georg Gadamer, *O problema da consciência histórica*, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 17.

⁴⁹ Luis Fernando Cerri, “Os conceitos de consciência histórica e os desafios da didática da história”, *Revista de História Regional*, v. 6, n. 2 (2001), pp. 93-112 (p. 97).

⁵⁰ Philippe Ariès, *O tempo da história*, Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1996.

passado serve somente como modelo. Acerca do historiador enquanto sujeito, Hartog pergunta: “Qual seria a existência, de fato, desses escribas com o encargo de se tornarem os “porta-vozes” e os “porta-cálamos” (porte-plume) do rei ou do deus?”.⁵¹ Hartog adota as características da historiografia europeia do século XIX, a história nacional e o autor subjetivo, como parâmetro para medir a consciência histórica, incorrendo em uma perspectiva eurocêntrica. Ao contrário de Hartog, defendemos a hipótese de que os povos da Mesopotâmia possuíam uma complexa consciência de sua própria historicidade e uma historiografia própria, adequada ao seu próprio regime de historicidade. Contesta-se, assim, a noção de que eles possuíam apenas memória ou tradição operando no “regime antigo”, passadista, uma forma que simplifica demais as complexas relações das culturas cuneiformes com suas experiências temporais. Adotando uma perspectiva semelhante a Gadamer e Hartog, Wolfgang Reinhard argumenta que,⁵² diferentemente de outras épocas que foram nomeadas e interpretadas posteriormente pelos historiadores, somente a modernidade se conceituou como tal, ou seja, ela teve consciência histórica de si mesma enquanto acontecia. O ponto chave é que “os historiadores geralmente tratam a consciência histórica como aquela parte da consciência moderna que se preocupa com o passado”.⁵³ Segundo Cerri,⁵⁴ esta “é a idéia de que a consciência histórica é um estágio ao qual se chega, principalmente por conta de um processo de modernização de todos os âmbitos da vida humana”.

Embora algumas concepções estejam vinculadas à modernidade, o conceito de consciência histórica é polissêmico. De acordo com Cerri,⁵⁵ um engano é a ideia de que o conceito de consciência histórica seja comum a todos que o utilizam, pois o conceito pode se referir a realidades diferentes. Como podemos perceber ao analisar as bibliografias sobre o tema da consciência histórica, a grande maioria das pesquisas está relacionada ao ensino e didática da história. Esse fato fortalece a concepção de que a disciplina de história no ambiente escolar configura um tipo de saber histórico que se distingue qualitativamente de outros tipos de conhecimento acerca do passado e, dessa forma, reafirma-se a rejeição de um modelo no qual o conhecimento histórico gerado academicamente atua nas escolas e nos meios de divulgação científica como um intermediário e um facilitador de suas proposições.⁵⁶ Essa

⁵¹ François Hartog, *Evidência da história*, Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017, p. 23.

⁵² Wolfgang Reinhard, “The idea of early modern history”, in Michael Bentley, *Companion to historiography*, London - New York: Taylor and Francis, 2006, pp. 281–292.

⁵³ Maria Grever e Robbert-Jan Adriaansen, “Historical consciousness: the enigma of different paradigms”, *Journal of Curriculum Studies*, v. 51, n. 6 (2019), pp. 814–830, <https://doi.org/10.1080/00220272.2019.1652937>.

⁵⁴ Cerri, “Os conceitos de consciência histórica e os desafios da didática da história”, p. 98.

⁵⁵ Cerri, “Os conceitos de consciência histórica e os desafios da didática da história”, p. 95.

⁵⁶ Cerri, “Os conceitos de consciência histórica e os desafios da didática da história”, p. 95.

diferenciação sustenta a recusa de um modelo no qual a escola funciona unicamente como uma “correia de transmissão” que simplifica e reduz o que os especialistas afirmam, sugerindo que o ensino da história precisa considerar a natureza formativa e contextual de diferentes saberes históricos, não somente a ideia de que a escola deva replicar a produção acadêmica. Em síntese, as concepções históricas dos alunos frequentemente divergem das propostas oficiais da escola, o que exige reconhecer o papel ativo de outros agentes, como os meios de comunicação, a família, o ambiente imediato, as redes sociais, os círculos de sociabilidade, entre outros, na construção da memória histórica.

A bibliografia sustenta a existência de diversas concepções de consciência histórica. E, conforme observam Marcelo Cunha e Aline Torezani,⁵⁷ “(...) infelizmente existe uma série de lacunas e incompreensões mútuas no que diz respeito ao trato de especialistas de diversas localidades com esse conceito-chave do pensamento histórico”. Contudo, em linhas gerais, estas podem ser sintetizadas em quatro concepções teóricas específicas das quais dependem os princípios que normalmente norteiam as definições do conceito. As quatro concepções teóricas podem ser resumidas em: consciência histórica coletiva, consciência histórica como categoria cognitivo-epistemológica,⁵⁸ realização cultural da modernidade e consciência histórica como constante antropológica.⁵⁹ A primeira concepção, mais ligada à história cultural, história intelectual e história conceitual, entende a consciência histórica como um fenômeno de caráter coletivo, examinando seu surgimento como etapa essencial no desenvolvimento da autocompreensão moderna. A segunda concepção, amplamente adotada nas investigações em educação histórica, concebe a consciência histórica como uma competência de caráter individual, empregada para o aprimoramento de capacidades cognitivas que facultam aos sujeitos a compreensão e a interpretação do passado.⁶⁰ Como é possível perceber, o modelo cognitivo-epistemológico reconhece a existência de capacidades cognitivas e epistemológicas nos sujeitos que possibilitariam a consciência histórica, porém esta abordagem é operacionalizada como se a consciência histórica fosse produto da pesquisa nas universidades e então apreendida nas escolas, no ensino de história. Em consonância com estas duas primeiras concepções, a consciência histórica como conquista cultural da modernidade é a

⁵⁷ Marcelo Durão Rodrigues da Cunha e Aline de Oliveira Torezani, *Consciência histórica: olhares transatlânticos sobre um conceito fundamental do pensamento histórico*, Vitória: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo – IFES, 2025, p. 24.

⁵⁸ Grever e Adriaansen, “Historical consciousness”.

⁵⁹ Kenneth Nordgren, “Boundaries of historical consciousness: a western cultural achievement or an anthropological universal?”, *Journal of Curriculum Studies*, v. 51, n. 6 (2019), pp. 779–797, <https://doi.org/10.1080/00220272.2019.1652938>.

⁶⁰ Grever e Robbert-Jan Adriaansen, “Historical consciousness”, p. 815.

concepção normalmente adotada pelos teóricos do *Sattelzeit*. Ela tem por pressuposto a ideia de que a consciência histórica seja uma habilidade específica da modernidade que teria produzido um tipo específico de história e historicidade que possibilitaria tal consciência.⁶¹ A quarta concepção, a antropológica, considera a consciência histórica como uma capacidade humana geral ou universal.⁶² Ou seja, ela é um atributo necessário do ser humano em qualquer época, lugar e cultura. No mesmo sentido, Jörn Rüsen sustenta que “elementos do pensamento histórico (...) operam em todas as culturas”.⁶³ Estevão Martins complementa que refletir sobre a condição existencial é um procedimento essencial do pensamento histórico, realizado continuamente por todos ao longo da vida.⁶⁴ Agnes Heller defende semelhante concepção; para a autora a consciência histórica é inerente ao ser humano no mundo e condição da qual dependem diferentes historiografias e filosofias da história.⁶⁵ Embora existam outras concepções teóricas, observamos que, de modo geral, o que as diferencia é o reconhecimento da consciência histórica como sendo algo somente da modernidade ou como sendo algo mais amplo, incluindo toda a humanidade, em qualquer época e lugar.

Embora não seja o objetivo deste trabalho explorar todas as nuances de cada uma dessas concepções, cada qual com suas potencialidades, limites e problemas, adota-se a concepção antropológica combinada à concepção cognitivo-epistêmica. Essa combinação é essencial por reconhecer que sociedades antigas possuíam consciência de sua historicidade, ao passo que as outras duas reservam a consciência histórica somente para o ‘homem moderno’, de modo que não raras vezes o conceito é usado de modo eurocêntrico e a-histórico.⁶⁶

Embora consciência histórica seja um conceito utilizado majoritariamente em estudos de didática e ensino de história, defende-se a sua utilidade no contexto da própria pesquisa histórica, como uma constante antropológica, assim como o raciocínio inferencial e o narrativo mencionado anteriormente. Cada uma das concepções possui suas potencialidades e limites, porém importa mencionar que não há impedimentos teóricos que proíbam de pensar a consciência histórica tanto como constante antropológica, que permite qualquer ser humano refletir sobre sua existência, quanto como uma capacidade

⁶¹ Nordgren, “Boundaries of historical consciousness”, p. 780.

⁶² Nordgren, “Boundaries of historical consciousness”, p. 780.

⁶³ Jörn Rüsen, “Some theoretical approaches to intercultural comparative historiography”, *History and Theory*, v. 35, n. 4 (1996), pp. 5-22 (p. 5), <https://doi.org/10.2307/2505441>.

⁶⁴ Estevão de Rezende Martins, “Consciência histórica”, in Marieta de Moraes Ferreira; Margarida Maria Dias de Oliveira, *Dicionário de ensino de história*, Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019, p. 55.

⁶⁵ Agnes Heller, *Uma teoria da história*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993, p. 70.

⁶⁶ Grever e Adriaansen, “Historical consciousness”, p. 815.

cognitivo-epistemológica dos sujeitos, ou mesmo como cultura histórica de raiz iluminista. É imperativo salientar que a apreensão da história ocorre tanto na vida prática quanto no sistema escolar e acadêmico e que ela ocorre tanto no âmbito individual quanto no âmbito coletivo, assim como no âmbito de uma consciência histórica crítica consolidada na historiografia acadêmica.⁶⁷ Esta articulação metodológica será, a seguir, aplicada à questão da consciência da historicidade nas culturas cuneiformes da Mesopotâmia.

Consciência histórica e historiografia: o passado nas culturas cuneiformes

A Mesopotâmia, localizada entre os rios Tigre e Eufrates, na área correspondente ao atual Iraque e parte da Síria, destacou-se na Antiguidade por seu notável patrimônio cultural e por sua dinâmica complexidade histórico-social. Embora a região possua uma vasta diversidade cultural, narrativa canônica estabelece seu marco inicial na Grécia, com destaque para alguns autores gregos, romanos, judeus e cristãos, antes de transitar para a modernidade.

Apesar disso, há uma ampla aceitação entre os assiriólogos de que na antiga Mesopotâmia se produzia historiografia. Embora ela seja frequentemente compreendida no sentido contemporâneo, influenciado pela modernidade europeia, os povos da Mesopotâmia percebiam os eventos históricos em consonância com o modo como entendiam o mundo. Segundo o assiriólogo Samuel Noah Kramer,⁶⁸ na compreensão mesopotâmica, os acontecimentos ocorriam como obras dos deuses, e não como resultado causal da interação humana. Em sentido estrito, mas não exclusivo, “os sumérios deixaram-nos muitas referências históricas diretas, mas poucas criações literárias que possamos apelidar de ‘historiográficas’”.⁶⁹ Contudo, a definição do que é ou não historiográfico tem mais relação com a concepção da modernidade sobre a história do que com os modos como o passado era pensado e escrito na antiguidade. A objetividade histórica, preocupação das historiografias da modernidade, não existia na antiguidade e nem mesmo na tradição clássica se admitia tal noção de historiografia. A noção de “verdade histórica”, e a metodologia para alcançá-la, eram frequentemente subordinadas à eficácia

⁶⁷ Martins, “Consciência histórica”, p. 55.

⁶⁸ Samuel Noah Kramer, “Sumerian historiography”, *Israel Exploration Journal*, v. 3, n. 4 (1953), pp. 217-232 (p. 217).

⁶⁹ Carreira, “História e historiografia na Antiguidade Oriental”, p. 337.

retórica da narrativa e à construção de exemplos morais ou políticos.⁷⁰ Nesse sentido, Jurandir Malerba observa que a história,⁷¹ desde a sua origem como disciplina acadêmica com Ranke na Alemanha e posteriormente em todo o mundo ocidental, foi concebida às sombras dos ideais de objetividade científica, neutralidade axiológica, método crítico e uso de fontes, mesmo na produção dos mitos nacionais. Para as culturas cuneiformes, o passado interessava-lhes, sobretudo, enquanto lhes ajudasse a compreender e a modelar o presente.⁷² Embora a objetividade não fosse uma preocupação dos escribas mesopotâmicos, isso não significa que o que escreviam sobre o passado em forma de épicos, crônicas, *narû*, presságios, anais e listas reais fossem falsificações deliberadas e conscientes. A preocupação com a verdade também se fazia presente no corpo teórico dos escribas. Muitas inscrições reais do período acadiano adicionam juramentos invocando os deuses de que a conquista militar do rei relatada no texto não é falsidade, mas verdade.⁷³

No mundo concebido pela modernidade, há separações entre o físico, o cultural e o metafísico. Contudo, na concepção mesopotâmica, a causalidade histórica, tão cara ao positivismo, estava nas mãos dos deuses. Apesar disso, o pensamento dos povos da Mesopotâmia não diferia fundamentalmente do modo como os indivíduos na modernidade pensam, uma vez que a separação é categorização lógico-cognitiva que depende da estrutura da mente. De acordo com Harold Torger Vedeler,⁷⁴ fundamentado na teoria do psicólogo Jerome Bruner, todos os cérebros humanos operam com base em dois modelos, o paradigmático (lógico-científico) e o narrativo: enquanto o paradigmático busca as condições de verdade, princípios gerais, causalidade inerente aos objetos e racionalidade, o narrativo busca explicações específicas para questões específicas, causalidade inerente à “mão invisível” e caráter emotivo. A causalidade era inerente à relação entre deuses e homens na concepção mesopotâmica.⁷⁵ Ambos os modos de pensamento coexistem em todas as épocas, o que muda é a predominância de um ou de outro dependendo da

⁷⁰ Gergor Pobežin, “Those infinite, multiform stories without fixity: myth and history, a very long engagement”, *Studia Mythologica Slavica*, v. 27, (2024), pp. 67-83, <https://doi.org/10.3986/SMS20242706>.

⁷¹ Jurandir Malerba, “História da historiografia e perspectiva global: um diálogo possível?”, *Esboços: histórias em contextos globais*, v. 26, n. 43 (2019), pp. 457-472, p. 463.

⁷² Carreira, “História e historiografia na Antiguidade Oriental”, p. 343.

⁷³ Gebhard J. Selz, “‘I swear that these are no lies, it is indeed true!’ On the role of the individual in early Mesopotamian historiography”, in John Baines, Henriette van der Blom, Y. S. Chen, (et al.), *Historical consciousness and the use of the past in the ancient world*, Sheffield, UK; Bristol, CT: Equinox Publishing Ltd, 2019, p. 61.

⁷⁴ Harold Torger Vedeler, “Ancient Near Eastern omens and prophecies as a function of cognitive modes”, *Journal of Ancient History*, v. 3, n. 2 (2015), pp. 93-117 (p. 96 e p. 97).

⁷⁵ Carreira, “História e historiografia na Antiguidade Oriental”, p. 343.

cultura. Ambos os modos de pensamento, o raciocínio inferencial e o narrativo, portanto, são constantes antropológicas.

As noções de tempo na Mesopotâmia também diferem do modo como percebemos o tempo na atualidade, mas não essencialmente. Os autores das culturas cuneiformes possuíam duas formas elementares e entrelaçadas de perceber o tempo, tempo cíclico e tempo linear, que apareciam de um modo ou de outro dependendo do gênero literário,⁷⁶ ou uma combinação dos dois tipos de tempo formando um tempo cíclico-linear em looping, que se assemelha ao *ewige wiederkunft* de Nietzsche e ao universo oscilante do Big Crunch da cosmologia contemporânea, embora sem crença de que os deuses estejam no controle.⁷⁷ Ainda que o tempo dos mitos mesopotâmicos envolvesse concepções cíclicas de tempo, o tempo histórico dos homens, principalmente dos homens das elites que, são aqueles que importavam para os escribas, por razões diversas, era um tempo essencialmente linear que poderia alternar entre tempos bons e maus, do qual dependiam as crônicas e as listas reais, tais como a lista dos reis sumérios.⁷⁸ A percepção do tempo permitiu que as culturas cuneiformes fossem orientadas para a história, pois sempre usaram os eventos do passado para evitar erros no presente e, ao mesmo tempo, para homenagear os seus ancestrais.⁷⁹ Gebhard Selz sustenta que o tempo linear mesopotâmico era individualista, mesmo que nos espaços públicos do mito a concepção cíclica fosse imperativa e na historiografia mesopotâmica a historicização dos mitos ocorresse ao lado da mitificação do passado.⁸⁰

Dentre as variadas tipologias de fontes mesopotâmicas, serão utilizados trechos de três fontes: o *lamento de Nippur*, a *maldição de Agade* e a *crônica de Nabonido*. Dentre estas, a *Maldição de Agade* é uma fonte da literatura *narû*,⁸¹

⁷⁶ Selz, “I swear that these are no lies”, p. 64.

⁷⁷ Àngel Menargues Rajadell, “Mesopotamian idea of time through modern eyes (disruption and continuity)”, in Lluís Feliu (org.), *Time and history in the ancient Near East: proceedings of the 56th Rencontre Assyriologique Internationale at Barcelona 26–30 July 2010*, Winona Lake: Eisenbrauns, 2013, pp. 211–228 (p. 24).

⁷⁸ Carreira, “História e historiografia na Antiguidade Oriental”, p. 339. António Ramos dos Santos, “A historiografia e o tempo na Mesopotâmia”, *Cultura*, v. 23, n. 2 (2006), pp. 63–76 (p. 68), <https://doi.org/10.4000/cultura.1308>.

⁷⁹ Teodora Costache, “Temps, espace, mémoire dans la culture mésopotamienne”, *Revista CICSA, série nouă*, n. 4 (2018), pp. 4–19.

⁸⁰ Selz, “I swear that these are no lies”, p. 57.

⁸¹ Literatura *narû*, termo introduzido por Gütenbock, em 1934, para caracterizar as composições sob a forma de uma inscrição real que, muitas vezes, se pensa que estiveram inscritas num monumento de pedra. Além disso, “*narû* poderia ser tomado como uma categoria de gênero que se pretende para o poema”, Jacyntho Lins Brandão, “A ‘Epopéia Gilgamesh’ é uma epopeia?”, *Artcultura: Revista de História, Cultura e Arte*, v. 21, n. 38 (2019), pp. 9–24 (p. 18 e p. 19), <https://doi.org/10.14393/artc-v21-n38-2019-50156>. O conceito de literatura *narû* é um conceito em disputa e possui diversos problemas. Para aprofundar-se nesse debate, confira: Gertier Jonker, “Transmission from image to imagery”, in Gertier Jonker, *The topography of remembrance: the dead, tradition and collective memory in Mesopotamia*, Leiden, New York: E.J. Brill, 1995, pp. 91–

que apresenta profundas reflexões sobre o papel dos reis na sociedade e a reverência aos deuses, dos quais dependem os tempos bons e os tempos maus da história segundo a cosmologia das culturas cuneiformes.⁸² A ideia central que esses retratos dos reis sargônicos ensinavam nas escolas mesopotâmicas é de que a desobediência real aos presságios,⁸³ oráculos, sonhos e ofícios sagrados levaria os reinos à destruição, explicando, portanto, a etiologia dos principais motivos temáticos dos textos de fontes como a maldição de Agade.

Para os objetivos desse trabalho, devemos perguntar: as culturas cuneiformes produziam historiografia? Possuíam consciência histórica? Quais são seus principais pressupostos e funções sociais? Para abordar essas questões, recorreremos a alguns autores da Assiriologia por corroborarem a tese de que podemos encontrar produção historiográfica na antiga Mesopotâmia.⁸⁴ Nesse sentido, considerando os usos do passado na literatura de presságio, nas crônicas, nos anais, nos lamentos, nas inscrições reais, nas listas reais e a constatação de que as culturas cuneiformes demonstram em tais fontes possuírem consciência da sua historicidade, decorre logicamente que tais fontes são historiografias cuneiformes, pois a consciência histórica é condição necessária para qualquer reflexão dos homens sobre si no tempo, que é uma contínua relação dialógica entre mudanças e permanências. Pensar o futuro tendo o passado e o presente como norteadores das ações e das escolhas é consciência histórica e o seu produto escrito é o que aqui denominamos historiografia. Diversas tipologias de fontes historiográficas mesopotâmicas foram sistematizadas por John Van Seters. Dentre as tipologias que possuem material historiográfico, Seters destacou as inscrições reais, as listas de reis, os presságios, as crônicas, as histórias épicas e as “profecias”.⁸⁵

107 (pp. 91-95). Michael Haul, *Stele und Legende: Untersuchungen zu den keilschriftlichen Erzählwerken über die Könige von Akkade*, Münster: Ugarit-Verlag, 2009.

⁸² Santos, “A historiografia e o tempo na Mesopotâmia”, p. 4.

⁸³ A escola escribal, genericamente *bīt tuppī* ou ‘casa dos tabletas’, “foi criada com a finalidade de formar os escribas para trabalharem nas tarefas econômicas e administrativas do país, sobretudo do templo e do palácio”. Kátia Maria Paim Pozzer, “Ensino, escrita e burocracia na Suméria”, in Margaret Marchiori Bakos, Leda Bandeira Castro e Letícia de Andrade Pires, *Origens Do Ensino*, Porto Alegre: Edipucrs, 2000, pp. 172–187 (p. 175).

⁸⁴ Jacob Joel Finkelstein, “Mesopotamian historiography”, *Proceedings of the American Philosophical Society*, v. 107, n. 6 (1963), pp. 461–472. Jean-Jacques Glassner, *Le devin historien en Mésopotamie*, Leiden - Boston: Brill, 2019. Ulla Susanne Koch, “Concepts and perception of time in Mesopotamian divination”, in Lluís Feliu, *Time and history in the ancient Near East: proceedings of the 56th Rencontre Assyriologique Internationale at Barcelona 26–30 July 2010*, Winona Lake: Eisenbrauns, 2013. Kramer, “Sumerian historiography”. Rajadell, “Mesopotamian idea of time through modern eyes (disruption and continuity)”. Santos, “Apresentação ao Dossiê”. Santos, “A historiografia e o tempo na Mesopotâmia”. John Van Seters, “Mesopotamian historiography”, in John Van Seters, *In search of history: historiography in the ancient world and the origins of biblical history*, New Haven: Yale University Press, 1983.

⁸⁵ Seters, “Mesopotamian historiography”.

Considerando os usos do passado na literatura de presságios,⁸⁶ nas crônicas,⁸⁷ nos anais, nos lamentos pela cidade,⁸⁸ na literatura *narû*, nas inscrições e listas reais,⁸⁹ justifica-se a sustentação da ideia de que havia escrita da história, ou historiografia, na antiga Mesopotâmia. A justificativa para isso reside na observação de que havia função e intencionalidade nos diversos gêneros textuais mesopotâmicos que registravam o passado e projetavam o futuro, demonstrando interesse em registrar, interpretar e utilizar o passado com intencionalidade.

Se entendermos a historiografia em sua função essencial, o registro, a seleção, a interpretação e o uso intencional do passado para explicar o presente, rememorar o passado ou orientar o futuro, os textos mesopotâmicos cumprem indubitavelmente essa função. Nesse sentido, Marc Van de Mieroop critica a prática historiográfica moderna em vários aspectos por sua valorização da narrativa, enquanto formas não narrativas são frequentemente consideradas “imperfeitas”, devido ao viés eurocêntrico de hoje ou porque este falha em não considerar a complexidade e a sofisticação dos textos mesopotâmicos, que podem ser mais complexos do que os seus equivalentes europeus.⁹⁰ A historiografia mesopotâmica focava em interpretar as ações históricas,

⁸⁶ A crença em presságios é antiquíssima. No entanto, a compilação e codificação sistemática de milhares de presságios em “séries” foi um esforço intelectual monumental que se consolidou principalmente no período paleobabilônico. Para explorar a profunda conexão entre a escrita cuneiforme e a ideia de que os deuses “escreviam” o destino nos céus, cf. Francesca Rochberg, *The Heavenly Writing: Divination, Horoscopy, and Astronomy in Mesopotamian Culture*, Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

⁸⁷ As crônicas são um gênero textual de textos que tentam registrar eventos de forma mais factual e sequencial, muitas vezes cobrindo múltiplos reinados, embora não seja possível descartar a presença de ideologia nelas. Cf. Santiago Colombo Reghin, “A Babilônia e a formação dos Selêucidas: impactos da integração imperial na elite local e na cultura escribal (sécs. IV e III a.C.)”, Dissertação (Mestrado), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023, pp. 120-123.

⁸⁸ O gênero lamentos pela cidade, ou lamentações, teve seu auge após a queda da dinastia de Ur III (aprox. 2004 A.E.C.). A ideia central subjacente aos lamentos era o da retirada divina, a ideia de que a cidade só pode ser destruída quando seu deus padroeiro a abandona. Cf. Thorkild Jacobsen, *The Treasures of Darkness: A History of Mesopotamian Religion*, New Haven: Yale University Press, 1976. Piotr Michalowski, *The Lamentation Over the Destruction of Sumer and Ur*, Winona Lake: Eisenbrauns, 1989.

⁸⁹ Importa destacar que os diversos gêneros textuais mencionados acima surgiram em épocas distintas, coexistiram em alguns momentos específicos e alguns se consolidaram tardiamente. Os gêneros mais antigos são as inscrições e listas reais, sendo o as inscrições reais o gênero mais duradouro desde suas formas sumérias mais antigas, datadas de cerca de 2500 A.E.C. até as Império Neo-Assírio (900-612 A.E.C.), elas evoluíram para narrativas complexas e detalhadas, gravadas nas paredes dos palácios, normalmente junto aos relevos. Sobre inscrições reais Cf. Douglas Ralph Frayne, *The Royal Inscriptions of Mesopotamia*, Toronto: University of Toronto Press, 1997; sobre como a materialidade das inscrições reais e dos relevos neo-assírios foi usada em prol da memória, Cf. Leandro Penna Ranieri, “Os relevos palacianos assírios em contexto”, *Tempos Históricos*, v. 22, n. 2 (2018), pp. 370-401, <https://doi.org/10.36449/RTH.V22I2.19904>.

⁹⁰ Marc Van De Mieroop, *Cuneiform Texts and the Writing of History*, London: Routledge, 2005.

refletindo uma compreensão do tempo que poderia ser tanto cíclica quanto linear, dependendo do gênero literário. A ênfase na história e na narração em primeira pessoa na literatura *narû*, os juramentos nas inscrições reais contra a falsificação e, da mesma forma, a busca dos governantes acadianos pela fama eterna, através da memória gravada em texto, demonstram que havia preocupações com a memória histórica e como as suas ações seriam lembradas no futuro.⁹¹

Importa que o gênero lamentos pela cidade seja explorado, por poder nos dizer algo sobre a consciência histórica na Mesopotâmia e as suas formas historiográficas. Os lamentos relembram a destruição de uma cidade, dos seus templos e o abandono dos deuses. Somente 5 lamentos históricos mesopotâmicos sobreviveram ao tempo. As principais diferenças entre os cinco lamentos pela cidade suméria, que incluem “O Lamento sobre a Suméria e Ur” (LSUr), “O Lamento sobre Ur” (LU), “O Lamento de Nippur” (LN), “O Lamento de Eridu” (LE) e “O Lamento de Uruk” (LW), podem ser observadas em vários aspectos, por exemplo, o lamento de Ur enfatiza a queda da importância religiosa desta cidade,⁹² enquanto o de Nippur descreve a nova hegemonia e nomeação de Išbi-Erra como a escolha divina para restaurar as cidades vizinhas após a invasão elamita, configurando um caso de legitimação real.⁹³

Embora todos os lamentos compartilhem uma estrutura poética, eles podem variar em termos de número de sessões (*kirugu*) e como essas sessões são organizadas;⁹⁴ a representação de deuses e personagens pode diferir entre os lamentos. Os lamentos da cidade e a “Maldição de Agade” (CA) estão interligados num contexto literário e histórico que reflete a queda de dinastias e a alienação política. A “Maldição de Agade”, escrita durante o período de Ur III, narra a desgraça da ‘dinastia’ de Akkad,⁹⁵ atribuindo a Naram-Sîn a culpa

⁹¹ Selz, “I swear that these are no lies”, p. 64.

⁹² Ur (Moderna Tell Muqayyar): “foi uma importante cidade do sul da antiga Mesopotâmia. Situada originalmente no rio Eufrates, possuía acesso ao Golfo Pérsico [ou ‘Mar do Sul’]”: Gwendolyn Leick, *Historical Dictionary of Mesopotamia*, Lanham, Md: Scarecrow Press, 2010, p. 178 e p. 179.

⁹³ Išbi-Erra (c. 2017–1985 A.C.), rei de Isin com origem amorita e ex-oficial de Ur, fundou a Dinastia de Isin conseguindo estabelecer sua independência aproveitando-se da instabilidade gerada pela invasão amorita na Babilônia e pela pressão expansionista de Elam, eventos que enfraqueceram o poder central de Ur. Cf. Leick, *Historical Dictionary of Mesopotamia*, p. 92.

⁹⁴ Randall Heskett, *Reading the book of Isaiah: destruction and lament in the holy cities*, New York: Palgrave Macmillan US, 2011, p. 19.

⁹⁵ Dinastia de Akkad ou Dinastia Acadiana, foi a primeira tentativa de criar um estado unificado na Mesopotâmia, marcando um período de centralização política sem precedentes na Mesopotâmia. De acordo com a cronologia adotada por Gwendolyn Leick, a dinastia durou de 2334–2193 A.E.C e seus reis foram Sargão, Rimuš, Manistušu, Naram-Sîn e Šarkališarri, que enfrentaram oposição considerável das cidades sumérias, a qual reprimiram com severidade. Para detalhes da cronologia confira Leick, *Historical Dictionary of Mesopotamia*, p. 198 e p. 199.

por sua própria queda devido à arrogância.⁹⁶ Este texto é considerado um precursor dos lamentos cívicos, apresentando características que influenciaram obras posteriores, como as lamentações de Ur e outros lamentos da Mesopotâmia.⁹⁷ Esses lamentos foram compostos para propósitos específicos e, após perderem o seu valor ritual, foram incorporados ao currículo escolar, perpetuando assim a memória histórica de eventos significativos.⁹⁸ Essa transição de um uso ritual para um educacional sustenta que o passado humano foi repensado e reinterpretado de modo que se assemelha à *historia magistra vitae*, ainda que tal comparação deva ser feita com cautela.

O lamento pela cidade destaca a relação intrínseca entre a cidade, o templo e a identidade cultural.⁹⁹ Tal conexão sugere que, para povos sumérios, acadianos e babilônicos, a história era tempo vivido e sentido, sendo, subsequentemente, registrada em textos cuneiformes para preservar a memória da destruição do espaço urbano. As linhas 1 a 8 do lamento por Nippur destacam a natureza dual entre a história profana dos seres humanos e a história sagrada dos deuses que normalmente ocorre na historiografia mesopotâmica, embora em muitos textos das inscrições reais os deuses não apareçam.

Depois que o curral de gado foi construído para os principais poderes divinos, como ele se tornou um lugar assombrado? Quando será restaurado? Onde antes o tijolo do destino havia sido colocado, quem espalhou seus poderes divinos? A lamentação é reprisada: como o depósito de Nibru, o santuário Dur-an-ki, se tornou um lugar assombrado? Quando será restaurado? Depois que Ki-ur, o grande lugar, foi construído, depois que a alvenaria de *E-kur* foi construída, depois que Ubšu-unkena foi construída, depois que o santuário Egal-mah foi construído, como eles se tornaram assombrados? Quando eles serão restaurados?¹⁰⁰

O lamento de Nippur destaca a destruição do templo *Duranki*, o Ekur, templo de Enlíl em Nippur, o principal templo da Mesopotâmia. O Lamento é

⁹⁶ Naram-Sin, rei acadiano entre 2260-2224 A.E.C. e neto de Sargão da Akkad. Cf. Leick, *Historical Dictionary of Mesopotamia*, p. 124.

⁹⁷ Jerrold S. Cooper, "Genre, gender, and the Sumerian lamentation", *Journal of Cuneiform Studies*, v. 58, n. 1 (2006), pp. 39-47 (p. 40 e p. 41). Tawny Holm, "Literature", in Daniel C. Snell, *A companion to the ancient Near East*, Malden: Blackwell Pub, 2005, p. 260.

⁹⁸ Cooper, "Genre, gender, and the Sumerian lamentation", p. 43.

⁹⁹ Davi Dagostim Minatto, "O livro bíblico das Lamentações e os lamentos sumérios: o luto diante de cidades destruídas no Antigo Oriente Próximo", *Revista Litterarius*, v. 22, n. 01 (2023), pp. 1-32.

¹⁰⁰ Jeremy Black (et. al.), "The lament for Nibru", *ETCSLtranslation: t.2.2.4*, <http://etcsl.orinst.ox.ac.uk/cgi-bin/etcsl.cgi?text=t.2.2.4>.

composto por 9 *kirugu* e 8 *gišgigal* seguidos por mais 3 *kirugu*.¹⁰¹ O lamento possui passagens no emesal,¹⁰² um socioleto recitado por mulheres, indicando que algumas mulheres podiam ocupar elevada posição nas elites da Suméria. Os lamentos pela cidade são uma forma de historiografia antiga que vai além da simples narração de eventos. Eles capturam a experiência humana, preservando a memória coletiva do colapso passado da sua cidade, refletem sobre o presente abandono divino e buscam meios de se posicionar em relação ao futuro, visando a restauração da cidade e o favor divino. Tal agência humana tem como condição necessária a consciência histórica, que pode ser expressa na forma de historiografia enquanto escrita da história.

Dentre as fontes que podem ser classificadas como historiográficas, destaca-se a *Maldição de Agade*. Nesta composição textual, com cerca de 250 linhas, evidencia-se a consciência histórica em ação. A *Maldição de Agade* foi provavelmente escrita durante o período denominado Terceira Dinastia de Ur e posteriormente copiada nas escolas babilônicas.¹⁰³ A tese central da obra é que a afronta aos deuses acarreta consequências históricas devastadoras.

Novamente, Sin, Enki, Inana, Ninurta, Iskur, Utu, Nuska e Nisaba, todos os deuses, quem quer que sejam, viraram sua atenção para a cidade, e amaldiçoaram Agade severamente: cidade, você atacou o Ekur: é como se tivesse atacado Enlíl. Que os vossos muros sagrados, até ao seu ponto mais alto, ressoem de luto!¹⁰⁴

Para os escribas sumérios que a produziram, a demolição do Ekur, o principal templo do período acadiano, representou uma afronta arrogante do rei Naram-Sin de Akkad contra o deus Enlíl representado pelo ofício sagrado do sacerdócio sumério. Conforme Sabina Franke, “[...] o sacerdócio de Nippur pode ter alertado contra a inovação e defendido a manutenção da teologia

¹⁰¹ *Kirugu*: seções, canções. *Gišgigal*: antífonas, melodias curtas.

¹⁰² “literalmente “língua fina” - é um dialeto ou socioleto da língua suméria que se restringe à fala direta de deusas e mulheres em certos tipos de textos literários, em particular lamentações, canções de amor divinas, um diálogo, provérbios, uma “canção de ninar” e assim por diante. Contudo, a natureza exata e a função histórica do emesal permanecem sendo um extenso e controverso debate na Assiriologia contemporânea, estando longe de ser um consenso entre os especialistas. Cf. Piotr Michalowski, “Emesal (Sumerian dialect)”, in Roger S. Bagnall, Kai Brodersen, Craig B. Champion (et. al.), *The encyclopedia of ancient history*, Hoboken: Wiley, 2013. Claus Wilcke, “Emesal: A Special Language Register, a Literary Device, and an Archaeological Fact”, in Antonio Loprieno (org.), *Ancient Languages and Their Speakers*, Cambridge: Cambridge University Press, 2020. Manfred Dietrich, *Sumerian and Akkadian Emesal Literary Texts: An Overview*, Münster: Ugarit-Verlag, 2018.

¹⁰³ Jeremy Black, Graham Cunningham Eleanor Robson (et. al.), *The literature of ancient Sumer*, Oxford: Oxford University Press, 2004, p. 117 e p. 118.

¹⁰⁴ Black, Robson (et. al.), *The literature of ancient Sumer*, p. 123.

tradicional e das condições herdadas”.¹⁰⁵ Nessa fonte, escribas sumérios se apropriaram de dois eventos históricos importantes relacionados ao reino de Akkad, que colapsou um século antes, e os ressignificaram em uma narrativa favorável às condições da elite sacerdotal de seu tempo. Os dois eventos a que nos referimos são a reconstrução do templo de Enlíl e o colapso do poderoso reino acadiano, que ocorreram durante o reino de Šarkališarri de Akkad (aprox. 2223 e 2198 A.E.C). Depreende-se que o colapso de Akkad foi entendido pela elite suméria como retaliação divina contra os atos do rei e contra os costumes religiosos tradicionais dos sumérios, dos quais a elite se beneficiava. A abordagem suméria do passado acadiano não era somente uso do passado, mas consciência histórica em ação. A tentativa de Naram-Sîn de reconstruir o Ekur foi compreendida como uma violação moral e cósmica, passível de punição divina. Isso poderia servir como lição para os reis posteriores, especialmente os da Terceira Dinastia de Ur, pois a ideia central que as narrativas sobre os reis acadianos ensinavam nas escolas mesopotâmicas é de que a desobediência real aos presságios, oráculos, sonhos e ofícios sagrados levaria os reinos ao colapso, como havia ocorrido no passado.

Em acréscimo às fontes do terceiro milênio, salienta-se a relevância das Crônicas Babilônicas do primeiro milênio como significativo gênero historiográfico. Elas são definidas como um gênero textual que registra “[...] reinado após reinado, ano após ano, o longo esquema de eventos considerados dignos de serem lembrados”,¹⁰⁶ embora não seja certo se eram ou não conhecidas na antiguidade como um gênero ou se tinham um nome específico.¹⁰⁷ Um trecho da Crônica de Nabonido, Crônica 7,¹⁰⁸ inscrito sobre o tablete BM 35382, demonstra o aspecto historiográfico do gênero:

No mês de *Tašriti*, Ciro travou batalha contra o exército da Akkad em Upû, na [margem] do Tigre, e o povo da Akkad recuou. Ele saqueou e massacrou a população. No décimo quarto [dia], Sippar foi tomada sem luta. Nabonido fugiu. No décimo sexto, o governador Ugbaru de Gutium e o exército de Ciro fizeram sua entrada na Babilônia sem lutar. Mais tarde, tendo retornado, Nabonido foi capturado na Babilônia.¹⁰⁹

Neste trecho, a fonte narra a tomada da Babilônia por Ciro, que se deu em razão da fuga de Nabonido, condição que teria permitido a conquista da

¹⁰⁵ Sabina Franke, “Kings of Akkad: Sargon and Naram-Sin”, in Jack M. Sasson, *Civilizations of the ancient Near East*, New York: Scribner’s Sons, 1995, pp. 831–841 (p. 838).

¹⁰⁶ Jean-Jacques Glassner, *Mesopotamian Chronicles*, Atlanta: Society of Biblical Literature, 2004.

¹⁰⁷ Reghin, “A Babilônia e a formação dos Selêucidas”, p. 120.

¹⁰⁸ Albert Kirk Grayson, *Assyrian and Babylonian Chronicles*, Locust Valley: J.J. Augustin, 1975.

¹⁰⁹ Glassner, *Mesopotamian Chronicles*, p. 237.

cidade “sem luta”. À semelhança da maioria das crônicas, o texto visa destacar e detalhar a agência humana no processo histórico, diferentemente de outros gêneros, como os presságios, nos quais a causalidade divina é uma condição necessária. De acordo com Glassner, “havia duas tradições historiográficas diametralmente opostas relativas a Nabonido”.¹¹⁰ Ao retratar a conquista de Ciro como rápida e sem esforço, bem como a fuga de Nabonido, a crônica reforça a narrativa de Ciro como um libertador bem-vindo, e não como um invasor estrangeiro, provavelmente porque Nabonido era devoto do deus lunar Sîn, em vez de Marduk, o patrono da Babilônia. Ainda que seja possível identificar elementos de história exemplar na referida crônica, é igualmente viável destacar a utilização do passado como estratégia de consenso para influenciar a memória dos acontecimentos e consolidar o domínio.

Convém relembrar o argumento de Jörn Rüsen: a história não se restringe a ser uma disciplina acadêmica voltada para o estudo do passado, mas uma forma de consciência temporal profundamente enraizada na experiência humana e propõe que a história deve ser compreendida como uma prática cultural viva, que orienta os indivíduos e as sociedades na construção de sentido sobre suas experiências no tempo, sendo, por conseguinte, um contínuo antropológico.¹¹¹

As fontes cuneiformes evidenciam a consciência histórica da temporalidade, manifestada na memória do passado, na condição presente e na expectativa do futuro, ainda que a linguagem esteja carregada de elementos poéticos. Importa salientar que a divisão de gêneros textuais mesopotâmicos consiste, predominantemente, em rótulos muito posteriores às composições. De acordo com Jeremy Black,¹¹² em uma mesma composição textual cuneiforme pode ocorrer uma variedade de gêneros e algumas vezes a classificação nativa é performática em vez de literária. Ademais, a noção de gênero “historiografia” não existia na literatura cuneiforme, porém isso não significa que o fenômeno da escrita da história, mesmo que misturado com outros gêneros, não existisse. Como nos lembra Ana Pereira, “(...) as ciências humanas continuam utilizando modelos de interpretação processual, pontos de vista ordenadores e unificadores que permitem organizar uma multidão de fatos e temporalidades”.¹¹³ Bibliografia recente vem reconhecendo a existência de diversos modos de consciência histórica e de historiografia antiga que

¹¹⁰ Glassner, *Mesopotamian Chronicles*, p. 232.

¹¹¹ Jörn Rüsen, *História viva: teoria da história: formas e funções do conhecimento histórico*, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.

¹¹² Black, Robson (et. al.), *The literature of ancient Sumer*.

¹¹³ Ana Carolina Barbosa Pereira, *Na transversal do tempo: natureza e cultura à prova da história*, Salvador: EDUFBA, 2021, p. 47.

contribuíram para as historiografias posteriores.¹¹⁴ Apesar disso, as classificações modernas ainda são demasiadamente rígidas no estudo dos gêneros e tipos textuais, deixando o processo e a diacronia dos gêneros textuais da antiguidade na esteira da atemporalidade.

Considerações finais

A problemática da historiografia mesopotâmica e das tradições egípcia, chinesa, hitita, indiana, entre outras, constitui uma questão em aberto que demanda revisitação e exploração em pesquisas futuras. Não se pode esperar que as culturas cuneiformes atendam às exigências de objetividade, clareza e de ciência da história. A suposta ruptura que atribui primazia à modernidade com relação ao antigo constitui um desafio urgente, e tal debate é imperativo. Apesar da ausência dos conceitos formais de história ou historiografia na Mesopotâmia, bem como da tendência dos escribas em mesclar diferentes gêneros literários em uma única composição, não é apropriado classificar toda a percepção de temporalidade e de história desses povos como “mito”, termo de origem grega, devido à presença do elemento divino nas obras. A historiografia grega, romana, judaica e, sobretudo, a eclesiástica, não dispensa o divino. Além disso, constituiria um erro presumir que sociedades antigas não possuíam consciência histórica devido à ausência de um historiador profissional, uma história nacional ou uma filosofia da história. Tal perspectiva é inconsistente, pois a consciência histórica é, em sua essência, uma condição inerente à existência humana no tempo. A consciência histórica coloca ordem no caos que há entre as mudanças e permanências das quais emergem a possibilidade de percepção cognitiva do tempo. Diante da diversidade de tipologias de fontes mesopotâmicas que exploram o devir temporal, torna-se condição *sine qua non* que a moderna historiografia ‘científica’ repense e historicize rigorosamente suas categorias, sob pena de o próprio conceito de historiografia ser relegado ao limbo do anacronismo e da irreduzível inconsistência epistêmica.

¹¹⁴ John Baines, Henriette van der Blom, Yi Samuel Chen (et. al.), *Historical consciousness and the use of the past in the ancient world, First printing in paperback with corrections*, Sheffield - Bristol: Equinox, 2020.

Referências:

- Agnes Heller, *Uma teoria da história*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.
- Albert Kirk Grayson, *Assyrian and Babylonian Chronicles*, Locust Valley: J.J. Augustin, 1975.
- Alexandra Lianeri, *The western time of ancient history: historiographical encounters with the Greek and Roman pasts*, Cambridge: Cambridge University Press, 2011.
- Ana Carolina Barbosa Pereira, *Na transversal do tempo: natureza e cultura à prova da história*, Salvador: EDUFBA, 2021.
- Andrew Feldherr e Grant Hardy, *The Oxford history of historical writing: beginnings to AD 600 (volume 1)*, Oxford: Oxford University Press, 2011.
- Antônio Ramos dos Santos, “A historiografia e o tempo na Mesopotâmia”, *Cultura*, v. 23, n. 2 (2006), pp. 63-76, <https://doi.org/10.4000/cultura.1308>.
- Àngel Menargues Rajadell, “Mesopotamian idea of time through modern eyes (disruption and continuity)”, in Lluís Feliu (org.), *Time and history in the ancient Near East: proceedings of the 56th Rencontre Assyriologique Internationale at Barcelona 26-30 July 2010*, Winona Lake: Eisenbrauns, 2013, pp. 211-228.
- Arnaldo Momigliano, *As raízes clássicas da historiografia moderna*, Bauru: EDUSC, 2004.
- Arnaldo Momigliano, *Essays in ancient and modern historiography*, Middletown: Wesleyan University Press, 1977.
- Arthur Alfaix Assis, “Por que se escrevia história? Sobre a justificação da historiografia no mundo ocidental pré-moderno”, in Marlon Salomon (org.), *História, verdade e tempo*, Chapecó: Argos, 2011, pp. 105-131.
- Bruno Latour, *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*, São Paulo: Editora 34, 2019.
- Christophe Bouton, “Learning from history: the transformations of the topos historia magistra vitae in modernity”, *Journal of the Philosophy of History*, v. 13, n. 2 (2019), pp. 183-215, <https://doi.org/10.1163/18722636-12341390>.
- Claus Wilcke, “Emesal: A Special Language Register, a Literary Device, and an Archaeological Fact”, in Antonio Loprieno (org.), *Ancient Languages and Their Speakers*, Cambridge: Cambridge University Press, 2020.
- Davi Dagostim Minatto, “O livro bíblico das Lamentações e os lamentos sumérios: o luto diante de cidades destruídas no Antigo Oriente Próximo”, *Revista Litterarius*, v. 22, n. 01 (2023), pp. 1-32.

Dipesh Chakrabarty, "Provincializing Europe: Postcoloniality and the critique of history", *Cultural Studies*, v. 6, n. 3 (1992), pp. 337-357, <https://doi.org/10.1080/09502389200490221>.

Dominique Santos, "Apresentação ao Dossiê 'A Escrita da História na Antiguidade'", *Revista de Teoria da História*, v. 7, n. 13 (2015), pp. 7-18.

Dominique Santos, "History and historiography in early Christian Ireland: Muirchú's 'Vita Patricii' and Tírechán's 'Collectanea'", *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, v. 13, n. 33 (2020), pp. 197-227, <https://doi.org/10.15848/hh.v13i33.1548>.

Dominique Santos, "Seanchas – an important Irish tradition related to memory, history and historiography", *Opsis*, v. 18, (2018), pp. 44-60, <https://doi.org/10.5216/o.v18i1.47325>.

Dominique Vieira Coelho dos Santos e Graziela Vansuita, "O filo-helenismo da Bildung alemã e a invenção da Grécia Antiga como 'berço do Ocidente'", *Esboços: histórias em contextos globais*, v. 31, n. 58 (2025), pp. 583-597, <https://doi.org/10.5007/2175-7976.2024.e101457>.

Douglas Ralph Frayne, *The Royal Inscriptions of Mesopotamia*, Toronto: University of Toronto Press, 1997.

Dyel da Silva e Dominique Santos, "A historiografia antiga e a consciência do método da investigação histórica: uma leitura das histórias de Políbio de Megalópolis", *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, v. 15, n. 40 (2022), pp. 162-185, <https://doi.org/10.15848/hh.v15i40.1960>.

Edward William Bower, "Rhetoric at Rome", *The Classical Review*, v. 4, n. 3-4 (1954), pp. 270-272.

Elías José Palti, "Koselleck y la idea de Sattelzeit. Un debate sobre modernidad y temporalidad", *Ayer*, n. 53 (2004), pp. 63-74.

Estevão de Rezende Martins, "Consciência histórica", in Marieta de Moraes Ferreira; Margarida Maria Dias de Oliveira, *Dicionário de ensino de história*, Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019.

Fábio Augusto Morales e Uiran Gebara da Silva, "História Antiga e história global: afluentes e confluências", *Revista Brasileira de História*, v. 40, n. 83 (2020), pp. 125-150, <https://doi.org/10.1590/1806-93472020v40n83-06>.

Florian Zemmin e Henning Sievert, "Conceptual history of the Near East: the Sattelzeit as a heuristic tool for interrogating the formation of a multilayered modernity", *Contributions to the History of Concepts*, v. 16, n. 2 (2021), pp. 1-26, <https://doi.org/10.3167/choc.2021.160202>.

Francesca Rochberg, *The Heavenly Writing: Divination, Horoscopy, and Astronomy in Mesopotamian Culture*, Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

François Hartog, *Evidência da história*, Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

Gebhard J. Selz, "‘I swear that these are no lies, it is indeed true!’ On the role of the individual in early Mesopotamian historiography", in John Baines, Henriette van der Blom, Y. S. Chen, (et al.), *Historical consciousness and the use of the past in the ancient world*, Sheffield, UK; Bristol, CT: Equinox Publishing Ltd, 2019.

Gergor Pobežin, "Those infinite, multiform stories without fixity: myth and history, a very long engagement", *Studia Mythologica Slavica*, v. 27, (2024), pp. 67-83, <https://doi.org/10.3986/SMS20242706>.

Gertier Jonker, "Transmission from image to imagery", in Gertier Jonker, *The topography of remembrance: the dead, tradition and collective memory in Mesopotamia*, Leiden, New York: E.J. Brill, 1995, pp. 91-107.

Gwendolyn Leick, *Historical Dictionary of Mesopotamia*, Lanham, Md: Scarecrow Press, 2010.

Hans-Georg Gadamer, *O problema da consciência histórica*, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

Harold Torger Vedeler, "Ancient Near Eastern omens and prophecies as a function of cognitive modes", *Journal of Ancient History*, v. 3, n. 2 (2015), pp. 93-117.

Helge Jordheim, "Does conceptual history really need a theory of historical times?", *Contributions to the History of Concepts*, v. 6, n. 2 (2011), pp. 21-41, <https://doi.org/10.3167/choc.2011.060202>.

Jacyntho Lins Brandão, "A 'Epopeia Gilgamesh' é uma epopeia?", *Artcultura: Revista de História, Cultura e Arte*, v. 21, n. 38 (2019), pp. 9-24, <https://doi.org/10.14393/artc-v21-n38-2019-50156>.

Jacob Joel Finkelstein, "Mesopotamian historiography", *Proceedings of the American Philosophical Society*, v. 107, n. 6 (1963), pp. 461-472.

Jean-Jacques Glassner, *Le devin historien en Mésopotamie*, Leiden - Boston: Brill, 2019.

Jean-Jacques Glassner, *Mesopotamian Chronicles*, Atlanta: Society of Biblical Literature, 2004.

Jeremy Black, Graham Cunningham Eleanor Robson (et. al.), *The literature of ancient Sumer*, Oxford: Oxford University Press, 2004.

Jerrold S. Cooper, "Genre, gender, and the Sumerian lamentation", *Journal of Cuneiform Studies*, v. 58, n. 1 (2006), pp. 39-47.

John Baines, Henriette van der Blom, Yi Samuel Chen (et. al.), *Historical consciousness and the use of the past in the ancient world*, First printing in paperback with corrections, Sheffield - Bristol: Equinox, 2020.

John Marincola, *Authority and tradition in ancient historiography*, Cambridge - New York: Cambridge University Press, 1997.

John Marincola, "Historiography", in Andrew Erskine, *A Companion to Ancient History*, Malden: Wiley, 2009, pp. 11-22.

John Van Seters, "Mesopotamian historiography", in John Van Seters, *In search of history: historiography in the ancient world and the origins of biblical history*, New Haven: Yale University Press, 1983.

Jörn Rüsen, "Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história", *História da Historiografia*, 2009.

Jörn Rüsen, *História viva: teoria da história: formas e funções do conhecimento histórico*, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.

Jörn Rüsen, "Some theoretical approaches to intercultural comparative historiography", *History and Theory*, v. 35, n. 4 (1996), pp. 5-22, <https://doi.org/10.2307/2505441>.

José Javier Blanco Rivero, "La historia de los conceptos de Reinhart Koselleck: conceptos fundamentales, Sattelzeit, temporalidad e histórica", *Ius Inkarrri*, n. 6 (2018), pp. 399-424, <https://doi.org/10.31381/iusinkarri.vn6.1255>.

José Nunes Carreira, "História e historiografia na Antiguidade Oriental", *Didaskalia*, v. 12, n. 2 (1982), pp. 333-358, <https://doi.org/10.34632/didaskalia.1982.828>.

Juhan Hellerma, "Koselleck Sobre Modernidade, História e Camadas de Tempo", *History and Theory*, v. 59, n. 2 (2020), pp. 188-209.

Julia Angster, "'Sattelzeit': the invention of 'premodern history' in the 1970s", *History of European Ideas*, v. 51, n. 2 (2025), pp. 337-352, <https://doi.org/10.1080/01916599.2024.2373544>.

Juliana Bastos Marques, "A historia magistra vitae e o pós-modernismo", *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, v. 6, n. 12 (2013), pp. 63-78, <https://doi.org/10.15848/hh.v0i12.618>.

Juliana Bastos Marques, "Historicizando as categorias de Felix Jacoby: os gêneros historiográficos da Antiguidade e sua classificação pelos modernos", in Norberto Luiz Guarinello, Uiran Gebara da Silva, Gustavo Junqueira Duarte Oliveira (et. al.), *Fronteiras mediterrânicas: estudos em comemoração dos 10 anos do LEIR-MA/USP*, Porto Alegre: Editora F, 2019, pp. 225-250.

Jurandir Malerba, "História da historiografia e perspectiva global: um diálogo possível?", *Esboços: histórias em contextos globais*, v. 26, n. 43 (2019), pp. 457-472.

Justin Jennings, *Killing civilization: a reassessment of early urbanism and its consequences*, Albuquerque: University of New Mexico Press, 2016.

Kátia Maria Paim Pozzer, "Ensino, escrita e burocracia na Suméria", in Margaret Marchiori Bakos, Leda Bandeira Castro e Letícia de Andrade Pires, *Origens Do Ensino*, Porto Alegre: Edipucrs, 2000, pp. 172-187.

Kenneth Nordgren, "Boundaries of historical consciousness: a western cultural achievement or an anthropological universal?", *Journal of Curriculum Studies*, v. 51, n. 6 (2019), pp. 779-797, <https://doi.org/10.1080/00220272.2019.1652938>.

Kurt A. Raaflaub, *Thinking, Recording, and Writing History in the Ancient World*, Malden: Wiley, 2013.

Leandro Penna Ranieri, "Os relevos palacianos assírios em contexto", *Tempos Históricos*, v. 22, n. 2 (2018), pp. 370-401, <https://doi.org/10.36449/RTH.V22I2.19904>.

Leonardo Marques, "Cadeias mercantis e a história ambiental global das Américas coloniais", *Esboços: histórias em contextos globais*, v. 28, n. 49 (2021), pp. 640-697, <https://doi.org/10.5007/2175-7976.2021.e80946>.

Luis Claudio Palermo, "A aceleração do tempo e o processo histórico em Reinhart Koselleck e Timothy Brook", *Revista Transversos*, n. 9 (2017) pp. 300-325, <https://doi.org/10.12957/transversos.2017.27375>.

Luis Fernando Cerri, "Os conceitos de consciência histórica e os desafios da didática da história", *Revista de História Regional*, v. 6, n. 2 (2001), pp. 93-112.

Manfried Dietrich, *Sumerian and Akkadian Emesal Literary Texts: An Overview*, Münster: Ugarit-Verlag, 2018.

Marc Bloch, *Apologia da história, ou, O ofício de historiador*, Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

Marc Van De Mieroop, *Cuneiform Texts and the Writing of History*, London: Routledge, 2005.

Marcelo Durão Rodrigues da Cunha e Aline de Oliveira Torezani, *Consciência histórica: olhares transatlânticos sobre um conceito fundamental do pensamento histórico*, Vitória: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo - IFES, 2025.

Marcus Tullius Cícero, *De Oratore*, London: Oxford University Press, 1902.

Maria Grever e Robbert-Jan Adriaansen, "Historical consciousness: the enigma of different paradigms", *Journal of Curriculum Studies*, v. 51, n. 6 (2019), pp. 814-830, <https://doi.org/10.1080/00220272.2019.1652937>.

Maurício Fernando Pitta e José Fernandes Weber, "Catástrofe algorítmica - a vingança da contingência, de Yuk Hui", *Voluntas: revista internacional de filosofia*, v. 14, n. 2 (2023), pp. 1-7, <https://doi.org/10.5902/2179378687398>.

Michael Haul, *Stele und Legende: Untersuchungen zu den keilschriftlichen Erzählwerken über die Könige von Akkade*, Münster: Ugarit-Verlag, 2009.

Norberto Luiz Guarinello, “Uma morfologia da história: as formas da história antiga”, *Politeia – História e Sociedade*, v. 3, n. 1 (2003), pp. 41-61.

Philippe Ariès, *O tempo da história*, Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1996.

Piotr Michalowski, “Emesal (Sumerian dialect)”, in Roger S. Bagnall, Kai Brodersen, Craige B. Champion (et. al.), *The encyclopedia of ancient history*, Hoboken: Wiley, 2013.

Piotr Michalowski, *The Lamentation Over the Destruction of Sumer and Ur*, Winona Lake: Eisenbrauns, 1989.

Randall Heskett, *Reading the book of Isaiah: destruction and lament in the holy cities*, New York: Palgrave Macmillan US, 2011.

Reinhart Koselleck, *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*, Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

Sabina Franke, “Kings of Akkad: Sargon and Naram-Sin”, in Jack M. Sasson, *Civilizations of the ancient Near East*, New York: Scribner’s Sons, 1995, pp. 831-841.

Samuel Noah Kramer, “Sumerian historiography”, *Israel Exploration Journal*, v. 3, n. 4 (1953), pp. 217-232.

Santiago Colombo Reghin, “A Babilônia e a formação dos Selêucidas: impactos da integração imperial na elite local e na cultura escribal (sécs. IV e III a.C.)”, Dissertação (Mestrado), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

Shmuel Noah Eisenstadt, “Multiple modernities in an age of globalization”, in Claudia Honegger, Stefan Hradil e Franz Traxler, *Grenzenlose Gesellschaft?*, Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften, 1999, pp. 37-50.

Stefan Rebenich, “The making of a bourgeois antiquity: Wilhelm von Humboldt and Greek history”, in Alexandra Lianeri, *The western Roman pasts*, Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

Tawny Holm, “Literature”, in Daniel C. Snell, *A companion to the ancient Near East*, Malden: Blackwell Pub, 2005.

Teodora Costache, “Temps, espace, mémoire dans la culture mésopotamienne”, *Revista CICSA, série nouă*, n. 4 (2018), pp. 4-19.

Thorkild Jacobsen, *The Treasures of Darkness: A History of Mesopotamian Religion*, New Haven: Yale University Press, 1976.

Ulla Susanne Koch, “Concepts and perception of time in Mesopotamian divination”, in Lluís Feliu, *Time and history in the ancient Near East: proceedings of the 56th Rencontre Assyriologique Internationale at Barcelona 26-30 July 2010*, Winona Lake: Eisenbrauns, 2013.

Ulpiano Toledo Bezerra Meneses, “A cultura material no estudo das sociedades antigas”, *Revista de História*, n. 115 (1983), pp. 103-117.

Volker H. Schmidt, "Avanço e consequências da modernidade global", *Sociedade e Estado*, v. 33, n. 2 (2018), pp. 407-422.

Wolfgang Reinhard, "The idea of early modern history", in Michael Bentley, *Companion to historiography*, London - New York: Taylor and Francis, 2006, pp. 281-292.

Artigo recebido em 01-10-2025. Aceito para publicação em 28-10-2025.

Citação: Dominique Santos e Cristiano Constante, "A historiografia cuneiforme e a tese do Sattelzeit: reflexões sobre a consciência da historicidade na antiga Mesopotâmia", *Clio: Revista de Pesquisa Histórica*, v. 43 (2025), pp. 1-33.

Contato dos autores: Dominique Santos: dvcsantos@furb.br; Cristiano Constante: oficialconstante@gmail.com.